



**Temas Abordados:** Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

**PUBLICAÇÃO:** 04/03/2019



## **Brasil recebe US\$ 96 milhões por ter reduzido desmatamento**

O Brasil tornou-se o primeiro país a receber recursos financeiros do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) por ter reduzido com sucesso as emissões de gases de efeito estufa do desmatamento.

O pagamento do GCF, no valor de 96,5 milhões de dólares, é baseado nos resultados alcançados pelo Brasil no bioma Amazônia entre 2014 e 2015, que foram relatados e validados por especialistas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Essa é a essência do REDD+, um mecanismo para recompensar e reconhecer países por terem reduzido seu desmatamento.

A decisão é um marco inédito para a comunidade internacional e consagra os esforços e o compromisso do Brasil com a proteção e conservação da vegetação nativa como um passo essencial para o país alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Mesmo que esse pagamento represente uma pequena fração do total de resultados reportados pelo Brasil entre 2014 e 2015, ele será fundamental para guiar o Programa Piloto de Incentivo a Serviços Ambientais para a Conservação e Recuperação de Vegetação Nativa, intitulado “Floresta+”, que será implementado pelo governo brasileiro com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A iniciativa é apoiada por instituições governamentais nacionais e locais, representantes da sociedade civil e do setor privado. O programa tem como foco a restauração de ecossistemas, a prevenção da degradação florestal e os incentivos para serviços ambientais no bioma Amazônia, tendo como principais beneficiários os agricultores familiares e as comunidades indígenas e tradicionais.

“O programa piloto Floresta+ será uma oportunidade para consultas e participação de múltiplos ‘stakeholders’ e para o Brasil reduzir a tensão sobre as florestas nativas e, por consequência, conquistar a Contribuição Nacionalmente Determinada do país”, disse a representante-residente assistente e coordenadora da área programática do PNUD Brasil, Maristela Baioni.

“Estamos honrados pela confiança depositada no PNUD para apoiar o país nessa importante e histórica iniciativa. Há muito trabalho árduo pela frente à medida que avançamos agora para a fase de implementação”, completou.

O Brasil alcançou resultados significativos no que tange às emissões por desmatamento no bioma Amazônia. Estima-se que o país tenha reduzido um total de 6.125.501.727 de toneladas de CO2 equivalente de emissões provenientes do desmatamento naquela área entre 2006 e 2015.

Com essa aprovação, o PNUD tem apoiado um total de 75 países no acesso a financiamentos do GCF para projetos em grande escala sobre mudança global do clima. Desde o início do GCF, o PNUD recebeu 30 pedidos formais de autoridades nacionalmente designadas para apoiar o desenvolvimento de propostas de financiamento e para fornecer agilidade e apoio preparatório como um parceiro de entrega. Até o momento, 20 propostas de Planos de Adaptação Nacional apoiados pelo PNUD foram aprovados pelo diretor executivo do Secretariado do GCF.

A mudança do clima é uma prioridade para o PNUD. A organização é a maior implementadora de ações climáticas no Sistema das Nações Unidas, com um portfólio atual de 1,34 bilhão de dólares em projetos de mitigação e adaptação financiados por doações em mais de 140 países, apoiado pelo cofinanciamento de 6,7 bilhões de dólares.

Além dos recursos próprios do PNUD, esses subsídios são concedidos em parceria com os fundos fiduciários administrados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e pelo Fundo de Adaptação, assim como com outros parceiros multilaterais, bilaterais e nacionais.

### **Programa Floresta+**

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Floresta+ consumirá 80% dos recursos, enquanto os outros 20% serão aplicados no fortalecimento da implementação da Estratégia Nacional para REDD+ por meio de melhorias em sua governança, estrutura e sistemas.

Essa é uma nova ação estratégica para prevenir e controlar o desmatamento ilegal na Amazônia e retribuir financeiramente agricultores, indígenas e comunidades tradicionais pelos serviços ambientais de conservação e recuperação da vegetação nativa.

No caso dos agricultores, eles receberão o pagamento diretamente pelas áreas que conservam além do que é exigido pelo Código Florestal (80% da área total de suas

propriedades na Amazônia) e pela recuperação da vegetação em áreas de preservação permanente (APPs).

Já os indígenas e comunidades tradicionais terão acesso aos recursos financeiros para implementar projetos de seu interesse, em linha com as políticas públicas, nos territórios que eles ocupam. Também está previsto um pequeno montante para estimular iniciativas inovadoras para prevenir e controlar o desmatamento ilegal e promover o uso sustentável da vegetação nativa.

### **Sobre REDD+**

A COP 19 da UNFCCC, realizada em novembro de 2013 em Varsóvia, Polônia, adotou sete decisões do Marco de Varsóvia para REDD+. Esse acordo tem sido amplamente reconhecido como um avanço nas negociações, fornecendo clareza sobre várias questões importantes relacionadas à implementação de REDD+.

O marco se baseia em decisões anteriores adotadas pela COP e basicamente: reafirma que o financiamento baseado em resultados pode provir de uma ampla variedade de fontes, públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes alternativas; encoraja as entidades financiadoras, incluindo o Fundo Verde para o Clima, a assumirem um papel-chave para canalizar de forma adequada e previsível o financiamento baseado em resultados de uma forma justa e equilibrada, e a trabalhar com vistas a aumentar o número de países que estão em posição de obter e receber pagamentos por ações baseadas em resultados.

Também decide estabelecer um centro de informações na plataforma web REDD+ para publicar instruções sobre resultados e seus pagamentos correspondentes; solicita ao Comitê Permanente de Finanças que considere a questão do financiamento para florestas em seu trabalho sobre coerência e coordenação; reconhece a importância de incentivar créditos de carbono para a sustentabilidade a longo prazo da implementação das atividades mencionadas na decisão 1/CP.16, parágrafo 70.

**FONTE:** <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/brasil-recebe-us--96-milhoes-por-ter-reduzido-desmatamento.html>



## **ONU convida cariocas a utilizar plataforma para plano de desenvolvimento sustentável**

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) convida os cariocas a utilizar a ferramenta da Prefeitura do Rio de Janeiro denominada Participa.Rio, cujo objetivo é elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município, com o apoio do organismo da ONU.

A plataforma online pode ser acessada pelo endereço [www.participa.rio](http://www.participa.rio), por meio da qual habitantes da capital fluminense poderão enviar opiniões para a elaboração do Plano, que conta com a participação do ONU-HABITAT e é baseado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro será baseado em documentos e compromissos firmados pelo município a partir de 1992 e renovados em 2012, além de compromissos internacionais e instrumentos municipais.

O objetivo, segundo a Prefeitura do Rio, é a construção de uma visão de longo prazo para a cidade, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

<http://participario-pcrj.hub.arcgis.com/>



## **OPAS: países das Américas devem se preparar para possíveis surtos de dengue**

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) recomendou aos países da região das Américas que se preparem para uma resposta oportuna a possíveis surtos de dengue. A doença é endêmica na região e, desde sua reintrodução na década de 1980, tem causado surtos e epidemias de forma cíclica a cada três a cinco anos.

A primeira epidemia de dengue, com mais de 1 milhão de casos, ocorreu na região em 2010. Três anos depois, em 2013, houve a primeira epidemia com mais de 2 milhões de casos. E, no início deste ano, tem sido observado um aumento nos casos em relação ao mesmo período de 2018.

“A dengue é a infecção viral transmitida por mosquitos de maior propagação nas Américas e sua complexidade vem aumentando ao longo dos anos devido a vários fatores, como crescimento urbano não planejado, problemas de água e saneamento, mudanças climáticas e, em alguns países, a circulação simultânea dos quatro tipos de dengue, o que aumenta o risco de casos graves e surtos”, disse Marcos Espinal, diretor do Departamento de Doenças Transmissíveis e Determinantes Ambientais da Saúde da OPAS.

De acordo com a última atualização epidemiológica da OPAS sobre dengue, publicada em 22 de fevereiro (em espanhol ou inglês), foram notificados 560.586 casos de dengue na região das Américas no ano passado, sendo 3.535 casos de dengue grave e 336 mortes. Já nas primeiras seis semanas deste ano, foram notificados quase 100 mil casos de dengue, sendo 632 de dengue grave e 28 óbitos.

As principais recomendações da OPAS para os países focam na intensificação à vigilância da doença e nas medidas de controle de vetores para reduzir as populações de mosquitos transmissores. Atualmente, a única maneira de controlar ou prevenir a transmissão do vírus é o combate ao *Aedes aegypti*, principal vetor do mosquito.

A OPAS também recomenda educação contínua da população e envolvimento da comunidade, além de assegurar que os profissionais de saúde estejam capacitados para diagnosticar a dengue e outros arbovírus, bem como a fazer o manejo adequado dos pacientes. A OPAS fornece cooperação técnica a seus Estados-membros para prevenir e controlar a enfermidade.

Segundo Espinal, o diagnóstico oportuno da doença se tornou mais complexo com a chegada de dois novos arbovírus: chikungunya (em 2013) e zika (em 2015), que apresentam uma sintomatologia similar. No entanto, apesar da introdução dessas novas arboviroses, a dengue é a que apresenta o maior número de casos.

A dengue é também um arbovírus mais letal do que o chikungunya e o zika, mas seu tratamento é relativamente simples, custa pouco e é muito eficaz para salvar vidas. “A chave é reconhecer precocemente os sinais de alerta para fornecer os cuidados necessários e evitar que progrida para formas mais graves”, afirmou José Luis San Martín, assessor regional de dengue da OPAS.

Se um profissional de saúde tiver dúvida sobre o diagnóstico clínico entre dengue, chikungunya ou zika, a OPAS recomenda tratar o paciente como dengue e iniciar o manejo clínico e tratamento imediatamente, sem esperar por um diagnóstico laboratorial. A OPAS também recomenda que o paciente seja monitorado diariamente ou pelo menos a cada 48 horas, a fim de detectar quaisquer sinais sérios de alerta, particularmente durante a fase crítica da doença.

FONTE: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5880:opas-recomenda-que-paises-da-america-latina-e-do-caribe-se-preparem-para-possiveis-surtos-de-dengue&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5880:opas-recomenda-que-paises-da-america-latina-e-do-caribe-se-preparem-para-possiveis-surtos-de-dengue&Itemid=812)



Brasil

## Projeto na Região Sul visa garantir aplicação local dos objetivos globais da ONU

No Sul do Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado o mais alto do país. Para além das médias estatísticas, no entanto, as desigualdades persistem nas cidades da região, o que demanda ações integradas que contemplem estratégias de desenvolvimento voltadas para a erradicação da pobreza, o crescimento econômico inclusivo e a proteção ambiental.

Para fortalecer as capacidades de municípios de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul afetados por atividades da estatal Petrobras, representantes da empresa e do

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se reuniram esta semana com gestores públicos dessas cidades.

O objetivo era apresentar o projeto sobre a “Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que visa levar em conta as necessidades locais para acelerar o cumprimento da Agenda 2030.

Em Curitiba (PR), representantes do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e de coordenadorias da Prefeitura participaram da apresentação do projeto.

Na ocasião, os gestores públicos discutiram como as metas da Agenda 2030 podem acelerar o desenvolvimento local. No município, diferentes órgãos já trabalham na adaptação dos 231 indicadores globais dos ODS para o contexto curitibano. A cidade sofre impacto direto da presença da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no município vizinho de Araucária.

“Diferentes órgãos já trabalham os ODS em âmbito municipal. Fortalecer novas parcerias com diferentes atores que têm o foco no desenvolvimento local e no cumprimento dos ODS é essencial para melhorarmos a qualidade de vida dos nossos habitantes e termos um cidade muito mais sustentável para o futuro”, disse o assessor de Relações Internacionais da Prefeitura, Rodolpho Feijó.

Localizada a 155 quilômetros da capital paranaense, a cidade de São Mateus do Sul (PR) tem em seu território a Unidade de Industrialização de Xisto, da Petrobras, que iniciou a operação em 1972. A unidade fica sobre uma das maiores reservas mundiais de xisto, produto que gera óleo combustível, gás combustível, gás liquefeito e ainda produtos utilizados nas indústrias de asfalto, agrícola e cerâmica. Para fortalecer o desenvolvimento humano local com base na Agenda 2030, o município também terá impacto do projeto de territorialização dos ODS.

“É muito importante o município estar integrado. Temos que procurar, dentro da nossa realidade, produzir ações para a proteção do meio ambiente, para melhores oportunidades aos nossos habitantes e trabalhar com nossos parceiros, locais e regionais, em prol do nosso desenvolvimento. Com certeza, seremos parceiros na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, afirmou o prefeito de São Mateus do Sul, Luiz Adyr.

A apresentação do projeto conjunto entre a Petrobras e o PNUD também ocorre nas cidades de Navegantes (SC), Esteio (RS) e Canoas (RS) nesta semana. Na primeira fase, que ocorre no primeiro semestre deste ano, serão fornecidos diagnósticos, com base em 30 indicadores dos ODS, que apresentarão dados sobre cada um dos 113 municípios do projeto.

Esses municípios, de 14 estados brasileiros, foram escolhidos por serem impactados, direta ou indiretamente, pelas atividades da Petrobras. Na segunda fase, serão ofertados cursos de capacitação sobre os ODS para gestores públicos locais, membros da sociedade civil e do setor privado.

FONTE:<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/desenvolvimento-humano-local-e-sustentavel-e-foco-de-projeto-de-.html>



## Explorando as ligações entre os serviços financeiros e a resiliência climática: evidências de Mianmar

Usando as informações da pesquisa da iniciativa "Pesquisa de Resposta Rápida" (PRR), este relatório avalia a relação e o papel dos serviços financeiros no fortalecimento da resiliência no leste de Mianmar.

O projeto de Pesquisa de Resposta Rápida procura reunir informações sobre a resiliência das famílias aos extremos climáticos e seus determinantes. Sob o programa mais amplo de **“Construindo Resiliência e Adaptação a Extremos Climáticos e Desastres”**, uma série de pesquisas sobre telefones celulares foi realizada no distrito de Hpa-An, no leste de Mianmar. Este relatório apresenta as primeiras descobertas da análise das respostas da pesquisa, concentrando-se no acesso a serviços financeiros e fundos de emergência.

O relatório baseia-se em outras análises temáticas PRR e procura descobrir insights preliminares da pesquisa de painel pós-desastre do projeto.

FONTE:<http://www.braced.org/resources/i/Exploring-links-between-financial-services-and-climate-resilience-evidence-from-Myanmar/>

## EVENTOS



### CONGRESSO NACIONAL PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Congresso Psicologia Comportamental e Políticas Públicas ocorrerá nos dias 28, 29 e 30 de março de 2019, na cidade de Brasília. O evento é inovador na área ao unir pesquisas da Análise do Comportamento voltadas para fenômenos culturais com impacto sobre o planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas. Setores nacionais de formação de agentes públicos nesta área têm contado com a Ciência Comportamental Aplicada, utilizando experimentos da área de Economia Comportamental. O evento proposto permitirá novas interfaces com áreas do setor público, incluindo a ciência política e a economia, ao apresentar trabalhos da análise comportamental da cultura.

O Congresso Psicologia Comportamental e Políticas Públicas envolve pesquisadores da Análise do Comportamento com trabalhos inovadores relativos ao comportamento social, cooperação, uso de recursos naturais e sustentabilidade. Em geral, todos com foco no estudo da evolução e seleção de práticas culturais. O evento nacional contará com 24 apresentações, bem como seis sessões coordenadas por pesquisadores de significativa importância para o desenvolvimento de pesquisas comportamentais da cultura. Líderes da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Ministério do Tribunal de Contas da União e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável compõem a equipe deste evento nacional. E ainda, apresentações de pesquisadores do Think Tank 6, brasileiros e estrangeiros. Uma sessão com painéis de pesquisa compõe também as atividades.

FONTE: <http://www.politicaspUBLICAS-ac.com.br/>



## **INFORMAÇÕES**

### **PROMOTOR BRASIL**

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

### **CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO**

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

### **INFORMATIVOS UNISDR**

<http://www.eird.org/camp-10-15>

### **PREVENTIONWEB**

<http://www.preventionweb.net/english/>

### **SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>